COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO EM MOÇAMBIQUE: estudo de caso como perspectiva

INTERNATIONAL COOPERATION FOR HUMAN DEVELOPMENT IN MOZAMBIQUE: a case study as an analytic perspective

Wheliton Chiang Shung Moreira Ferreira - wheliton@hotmail.com
Instituto Federal da Bahia – Bahia – Brasil

Plínio Gabriel João - plinio.educa@gmail.com
Faculdade de Tecnologia de Catanduva – Catanduva – São Paulo – Brasil

José Henrique Martins de Araújo - henkka.martins@gmail.com
UNISUL – Santa Catarina - Brasil

DOI: 10.31510/infa.v18i2.1328
Data de submissão: 15/09/2021
Data do aceite: 03/11/2021
Data da publicação: 30/12/2021

RESUMO

O presente artigo consiste na análise como estudo de caso sobre o programa de Assistência Farmacêutica em Moçambique, no período entre 2007 e 2012, segundo outro estudo apresentado por Almeida *et al* (2018). O objetivo principal é ampliar as perspectivas de compreensão deste programa de assistência social pelas interpretações buscadas em outras fontes de referências e dados oficiais, bem como propor uma visão crítico-reflexiva acerca de fazeres sociais nos moldes da cooperação internacional. Por uma abordagem quali-quantitativa, procurou-se nortear a metodologia de estruturação do debate como estudo de caso tal proposto por Robert Yin. Como resultado, observou-se que o estudo de caso, por requerer em essência pesquisas complementares, bem como trazer mais liberdade à análise, mostrou-se eficiente para uma maior compreensão da situação de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em Moçambique. A ampliação do estudo de Almeida *et al* (2018) por meio desta proposta trouxe tanto maiores elucidações, além de indicar que o caso ainda necessita de estudos subsequentes.

Palavras-chave: Moçambique. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Responsabilidade social.

ABSTRACT

This article consists of an analysis as a case study on the Pharmaceutical Assistance program in Mozambique, in the period between 2007 and 2012, according to another study presented by Almeida *et al* (2018). The main objective is to broaden the perspectives of understanding this social assistance program through the interpretations sought in other sources of references and official data, as well as to propose a critical-reflective view about social actions in the mold of international cooperation. Through a quali-quantitative approach, it is turned to guide the

methodology for structuring the debate as a case study in the terms proposed by Robert Yin. As a result, it was observed that the case study, that essentially requires complementary research, as well as bringing more freedom to the analysis, proved to be efficient for a greater understanding of the situation of International Cooperation for Development in Mozambique. The expansion of the study by Almeida *et al* (2018) through this proposal brought further elucidation, in addition to indicating that the case still needs subsequent studies.

Keywords: Mozambique. International Cooperation for Development. Social responsibility.

1 INTRODUÇÃO

No período entre 2007 a 2012, o governo de Moçambique desenvolveu o programa de Assistência Farmacêutica, com foco na provisão pública de medicamentos para HIV/Aids, Malária e Tuberculose. O envolvimento de esferas políticas globais no programa para que instituições reguladas pela conduta de cooperação internacional, neste caso em específico, colocou em xeque se a posição dos referidos agentes de diversos setores estava explorando a situação de vulnerabilidade do governo e da população mais pelo objetivo do lucro capital ou se, de fato, pela urgência da ajuda humanitária. No caso de Moçambique, uma análise deste caso revela a importância para que se compreenda como os entrecortes de segmentos mundiais, as atitudes do poder público local e a participação da população requerem um esforço de grande esclarecimento, justamente para que os acordos de cooperação internacional atinjam seus objetivos estabelecidos entre as partes.

Em uma pesquisa apresentada por Almeida, Pepe & Sachy (2018), cuja metodologia de revisão teórica, levantamento documental e abordagem a pessoas por entrevistas, as autoras detectaram os enlaces das redes de cooperação, bem como detectaram questões conflituosas entre os interesses dos agentes em questão. Segundo as autoras, a cooperação estabelecida pela Assistência Farmacêutica 2007-2012 chegou a disseminar medicações para a população com as comorbidades supracitadas. Entretanto, o *modus operandi* dos agentes diante da conduta diplomática internacional e a denúncia do *by pass* da parte do governo moçambicano em possuir ou estruturar regulamentos para gerir as políticas acordadas tornaram o programa insustentável, do ponto de vista, obviamente, das premissas de cooperação internacional: interesses acordados, ações planejadas, resultados compartilhados.

O presente trabalho visa a analisar aspectos da cooperação internacional quando tida como estratégia para ajuda humanitária e desenvolvimento. A partir da especificação de elementos estruturais no caso da política do Ministério da Saúde de Moçambique em receber a ajuda externa para a provisão pública de medicamentos no referido programa de Assistência

Farmacêutica, procurou-se trazer uma interpretação mais pormenorizada dos termos trazidos na pesquisa de Almeida *et al* (id.). Dando sequência ao levantamento dos dados no referido estudo, buscou-se continuar a análise na modalidade textual de revisão teórica, mas principalmente crítica, interpretativa e reflexiva, orientados pela abordagem de cunho predominantemente qualitativo. E como sistematização do que é trazido enquanto conclusões a partir de fatos e inter-relações nas ações dos agentes envolvidos, procurou-se utilizar o estudo de caso. Também se ressalta que o estudo de caso traz uma proposta de análise linear, mas não possui indícios de encerramento do debate. Ao contrário, cada aspecto dos tópicos delimitados, descritos e discutidos abrem margem para, inclusive, outro estudo do mesmo caso com perspectivas paralelas.

Para uma orientação da análise fundamentada em uma organização sequencial consolidada em estudo de caso, o presente estudo levou em conta a natureza sistêmica dos níveis de interpretação basilares em estudo de caso a partir de Yin (2015). Estes consistem em uma explicação de que a análise situacional necessitaria de sustentação para além de levantamentos ou experimentos, em uma descrição do contexto em que o caso ocorreu, em uma ilustração por alguns tópicos secundários elucidativos e, por fim, em uma exploração de possibilidades a partir de intervenções sob outras circunstâncias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estudo de Almeida *et al.* (2018) envolveu atores nacionais e internacionais em interações complexas, caracterizada pela fragmentação operacional e sobreposição de atividades entre diversos entes. Ao se pormenorizar o acordo de cooperação internacional consubstanciado na Assistência Farmacêutica em Moçambique, expõe-se um quadro conflitos internos e externos no país africano que tanto necessita de apoio humanitário diante de suas inúmeras crises, dentre as quais, os controles de endemias. Ademais, as autoras também apontam para uma reestruturação da gerência dos recursos que chegam de fontes internacionais de forma a atender, em níveis aceitáveis – e adequados – a alta demanda da população deste país para receber medicamentos. Um sistema de saúde nacional inclusivo e universal, instituído por políticas e desenvolvido em programas (como o que nos referimos neste estudo) é um posicionamento de dever constitucional de um Estado que tanto tem lutado pela condição democrática.

E quando se tratou do enfrentamento a doenças com índices de mortalidade altos, como a Aids, a Malária e a Tuberculose (comorbidades há muito controladas em países mesmo com

baixo índice de desenvolvimento humano), Moçambique não atingiu uma posição favorável no circuito de cooperação internacional justamente por não estabelecer diretrizes transparentes e gerenciáveis dentro da estrutura governamental à época. A denúncia no estudo de Almeida *et al.* (id.) ainda aponta para uma alta dependência de Moçambique de internacionais que garantam um mínimo de controle epidemiológico dentro de suas fronteiras nacionais. O problema, em si, são as sérias limitações ao uso do poder soberano deste país, que se rende a exigências externas. Muitas de suas reais necessidades trazidos nas condições contratuais nos acordos de cooperação internacional não seriam atendidas pelos outros governos e instituições nas condutas diplomáticas esperadas. Há, em outras palavras, um severo desequilíbrio nos resultados das cooperações internacionais para o desenvolvimento, devido a forças divergentes entre os agentes diretos e indiretos na construção da estrutura de condições em que se evidenciam os interesses, os *soft powers.*

Como forma de direcionamento desta discussão, principalmente na definição dos termos que serão posteriormente analisados nesta versão da situação como estudo de caso, propõe-se definir cooperação internacional para o desenvolvimento como forma de constituição humana e plural, na qual o ponto mais evidente se encontra na transparência e na gerência do acordo estabelecido entre os envolvidos. A influência e o protagonismo dentro deste tipo de cooperação são regidos pelo objetivo do acordo em todas as partes, mas principalmente pelo princípio da diplomacia.

A cooperação internacional, segundo Calduch (1991, p.88 apud AYLLÓN, 2007, p.33), é "toda relação entre atores internacionais orientada à mútua satisfação de interesses ou demandas, mediante a utilização complementar de seus respectivos poderes no desenvolvimento de atuações coordenadas e/ou solidárias". E ainda a este respeito, Silva (2007) esclarece:

> (...) a organização em cooperação favorece o setor público quanto à transparência e coordenação, e portanto, é um instrumento de política para evitar anomalias de mercado, como monopólios, que inibem o processo competitivo. Novos tipos de competidores, trabalho conjunto e restruturação industrial, via introdução de novas tecnologias e inovação, inclusive organizacionais com impacto sobre a produtividade, têm acirrado a competição (p. 5).

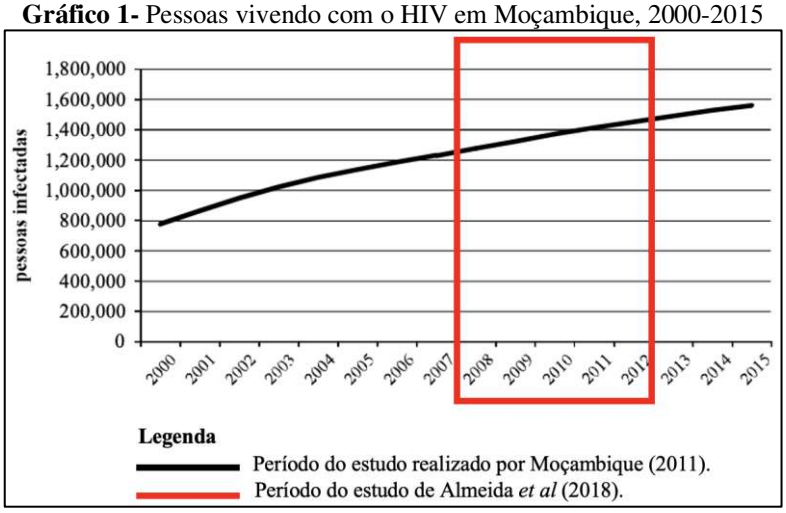
Destacam-se os pontos de que o setor público possui na transparência dos seus interesses, bem como no esforço máximo para que os aparatos estatais consigam dar conta de um mercado competitivo, ao mesmo tempo em que vantajoso. A linha tênue na qual se estendem a exploração do mercado capital, a inovação, a transferência de tecnologias e, ainda, o que se define como "desenvolvimento" exige um rigoroso cuidado para evitar o que Silva (id.) veio aqui recobrando, as bem conhecidas relações anômalas advindas, por exemplo, de

monopólios. Ressalta-se que estas "anomalias" nem sempre são tão evidentes, e somente por uma interpretação com mais acurácia podem ser identificadas.

3 ANÁLISES E MÉTODOS

No caso em questão, o programa de Assistência Farmacêutica 2007-2012, apesar de ter sido constatada a abertura para adquirir medicamentos voltados a enfermidades endêmicas em Moçambique por meio de cooperação internacional, pode-se notar o insucesso da política justamente devido a superposição de interesses. Assim como os levantamentos de dados em Almeida *et al* (2018), pode-se ilustrar também com o gráfico abaixo:

Gráfico 1- Pessoas vivendo com o HIV em Moçambique, 2000-2015



Fonte: os autores.

A instauração do referido programa em Moçambique por meio do que se pretendia indicar como cooperação internacional para o desenvolvimento do país e o controverso crescimento do grave problema de saúde pública em níveis tão ascendentes apontam para a necessidade de uma interpretação do engajamento entre as partes interessadas, principalmente, se seus objetivos apontavam para um caráter humanitário e solidário da ajuda externa. Pretende-se, a seguir, desenvolver a situação conflituosa por meio de níveis de interpretação em orientação metodológica de estudo de caso.

3.1 Pressupostos para um estudo de caso

Moçambique, assim como outros países africanos no contexto de subdesenvolvimento, enfrenta o desafio de gerir suas ações enquanto governo que preza pela defesa aos direitos públicos e a inserção como beneficiária no circuito de auxílios internacionais. O conflito está

em situações nas quais as redes externas impõem seus objetivos voltados mais ao crescimento dos lucros financeiros do que, de fato, na cooperação, auxílio, suporte e fomento. É instaurada uma arena, onde se enfrentam os aparatos das estruturas estatais, as organizações públicas, privadas e multilaterais. Uma luta para se justificar a recepção de auxílios externos, para que o espaço ali aberto seja concebido enquanto ajuda humanitária, ou como possibilidade de exploração de mercado com fins primordialmente lucrativos.

A interação entre os atores envolvidos é complexa, caracterizada pela fragmentação operacional e sobreposição de atividades entre diversos entes; centralização da aquisição de medicamentos na mão de poucos agentes; um desvio das estruturas nacionais e desconsideração do necessário fortalecimento do sistema nacional de saúde para a construção de sua autonomia. Discutir esta teia de interconexões sob as quais o programa de Assistência Farmacêutica em Moçambique 2007-2012 seria a premissa para que se indicasse como uma situação a ser analisada sob os aspectos metodológicos do estudo de caso. A seguir, apresenta-se um roteiro de tópicos elencados pelos critérios do que foi levantado em Almeida *et al* (ibid.). No entanto, reconhece-se que a complexidade do problema se abre a inúmeros roteiros com outros tópicos e outras perspectivas interpretativas.

3.2 Descrição do contexto em estudo

Inicialmente, a situação é descrita a partir do desenvolvimento humano, com base de que este conceito é definido em PNUD (2021a) como "ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser". Em se tratando de uma análise sobre cooperação internacional de ajuda humanitária, cabem-se mencionar dados como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Moçambique. Praticamente no final do ranking em PNUD (2021b), o IDH daquele país é de 0,416, o que o coloca na posição 180/188, caracterizado como "país de baixo desenvolvimento humano". Tendo-se em conta que a análise do presente estudo se baseia em saúde pública gravemente deficitária, pode-se inferir que a população se encontra muito longe daquilo "que desejam ser", ou ao menos sonhar em estar. Em comparação com outro índice, o de GINI, que estima a concentração da riqueza distribuída internamente de acordo com o padrão econômico de cada localidade, em The World Bank (2021), a ferramenta online PovcalNet, com dados de 2015 (relativos ao ano anterior), posiciona Moçambique na nona posição em termos de pobreza por dificuldades de oportunidades de obtenção de renda e concentração desigual de riqueza.

O breve contexto delineado acima pode ser delineado por pronunciamentos do governo moçambicano, ao já preconizar na instauração do seu Ministério da Saúde (MISAU) a necessidade de se inserir nos círculos de cooperação internacional como forma de estar em condições para atender à necessidade da população para além de seus próprios – e escassos – recursos. No seu Artigo 3, pode-se ler:

> 9. Na área da Cooperação Internacional:
> a) Cooperar em estreita ligação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação com outros Países, Agências Governamentais, Agências das Nações Unidas e Organizações Não-Governamentais;
> b) Manter cooperação com instituições financeiras internacionais em estreita ligação e sob orientação do Ministério do Plano e Finanças (MOÇAMBIQUE, 1995a).

Fica evidente o posicionamento do país no incurso de busca por auxílios externos na área da saúde. Principalmente no fato de que o MISAU atua, conforme o trecho supracitado, em consonância com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Este último, dentre seus objetivos, procura, "desenvolver relações políticas" de diversas naturezas, dentre as quais a "técnico-científica com a comunidade internacional" e "divulgar a realidade do país no exterior em colaboração com outras instituições" (MOÇAMBIQUE, 1995b). E no contexto atual, também pelo planejamento do Ministério da Saúde e demais órgãos governamentais, Moçambique continua na busca da ajuda humanitária internacional devido à sua grave crise em diversos segmentos. No Plano Nacional de Desenvolvimento dos recursos humanos da saúde de Moçambique (PNDRHS 2016-2025), a projeção das ações políticas

> baseou-se em parte nos resultados da avaliação feita à implementação do anterior PNDRHS referente ao período 2008-2015 assim como as consultas à pessoal chave do nível central, provincial e distrital, **aos parceiros de cooperação** por forma a recolher informação relevante para definir os objectivos estratégicos para este ciclo de planificação de RHS (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 1 – grifo nosso).

Sobre a maneira como atualmente este esforço de captação de auxílio financeiro para cooperação internacional na área da saúde é desenvolvido em Moçambique, o Escritório Regional África da Organização Mundial da Saúde, ao se referir sobre o setor de Financiamento da Saúde para Moçambique em OMS (2021), tece a seguinte análise:

> O setor de saúde [moçambicano] enfrenta o desafio de sustentar as crescentes despesas do Estado enquanto [gerencia] os fundos de investimento adicionais externos ao governo sem [eximir-se de seu papel como protagonista]. Ao mesmo tempo, o setor de saúde poderia explorar mais amplamente outros mecanismos de financiamento, como esquemas de pré-pagamento [bem como a estruturação e desenvolvimento de] seguros sociais de saúde (OMS, 2021 – Tradução nossa).

3.3 Ilustração descritiva e elucidativa

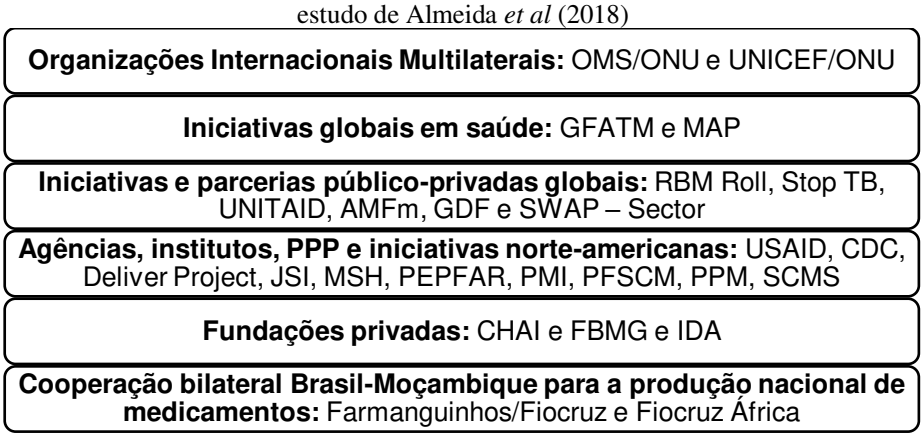
Dado o contexto de Moçambique em seus posicionamentos e ações até o presente momento para se inserir nos circuitos de cooperação internacional para o desenvolvimento,

especialmente no que diz respeito a questões de saúde pública, serão apresentados alguns níveis de tópicos mais específicos para discussão sobre o *modus operandi* do caso em Almeida *et al* (2018), com o objetivo de descrever o caso por meio um roteiro delimitado e que não pretende esgotar-se por aqui.

3.4 Atores estratégicos

Partindo-se das relações internas do país, Almeida et al (id.) apresentam o Ministério da Saúde Moçambicano (MISAU) e o Ministério de Planificação e Finanças (MPF) como atores nacionais que possuem uma inter-relação não convergente, devido aos seus níveis de prioridades, que já instauraria uma disputa sobre a responsabilidade e a iniciativa na provisão de medicamentos no país, bem como ao bom funcionamento do fluxo de operações. Já no contexto dos atores internacionais, os autores identificam rede de sistemas formados por entidades como organizações internacionais multilaterais, agências, institutos, fundações; também relações de parcerias público-privadas globais, iniciativas locais, globais, bem como extensão a outros compromissos de cooperação internacional, como a bilateral Brasil-Moçambique. Como forma de visualização mais objetiva, estruturou-se um gráfico dos atores que o estudo delimita diretamente:

Gráfico 2- Síntese dos atores diretamente envolvidos na cooperação internacional para o desenvolvimento no estudo de Almeida *et al* (2018)



Fonte: adaptado a partir de levantamento no caso em estudo.

Para além de firmarem cooperações com fins de desenvolvimento humano, existe também o que não estaria tão implícito dentre as relações tecidas, a exemplo do que se compreende como forças dominadoras. Principalmente se houver uma interligação dos países que no passado eram colonizadores, juntamente aos que hoje se encontram com maior detenção de poderes. Esta questão não se finda em uma definição por "influências", até porque

normalmente os modelos de CID indicam manutenção das suas identidades e de estruturas próprias dos agentes. Mas há forças que conseguem "atrair" cooperações para seu próprio modelo de desenvolvimento, sem que haja, necessariamente, uso de evidências claras, como a força ou o dinheiro. Nye Jr. (2005) as chama de *soft pow*ers. Em suas palavras, "uma atração intangível que nos persuade a seguir com os propósitos dos outros sem uma ameaça ou troca específica" (p.5).

No caso em estudo, como pode-se ler nos tópicos a seguir, a atração pode ser interpretada como atuação de espaços de controle e detentores de modelos rígidos de desenvolvimento humano. E em tais condições, os países tidos como subdesenvolvidos, para entrar nos circuitos de beneficiários de cooperações internacionais – para o desenvolvimento, precisariam se adaptar a tal.

3.5 Caracterização da situação como Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID)

A partir do que se apresentou sobre a limitação de Moçambique no controle de endemias, em muito devido a sua situação de extrema pobreza, pode-se compreender, então, que toda política pública seja direcionada a buscas por ajuda externa. E sob o conceito de Calduch (1991 apud AYLLÓN, 2007), no qual se destaca o princípio da mutualidade de objetivos, observa-se que Moçambique, com o fim de sanar a crise da saúde pública, oferece o seu espaço como um mercado envolvendo, principalmente, a aquisição e distribuição de medicamentos pelo Estado. E neste estudo de caso, no qual se analisa o desenvolvimento do programa de Assistência Farmacêutica 2007-2012 em Almeida *et al* (2018), pode-se compreender que, em princípio, houve o direcionamento para uma política pública de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

Recobrando-se a transparência como característica principal de uma CID pautada nos preceitos da diplomacia em Silva (2007), e dada a complexidade do programa moçambicano de Assistência Farmacêutica 2007-2012, percebem-se os fatores limitantes a um país vulnerável de se inserir em um contexto de recepção de auxílio internacional, no qual não ser também vulnerável a imposições e controle externos é condição essencial. A exemplo do que se destacou ao analisarem-se os atores deste caso, menciona-se que o modelo assistencial é delimitado a partir de países do hemisfério norte que, segundo o contexto histórico e a situação geográfica os posiciona, por maioria, como "desenvolvidos" e "dominantes". Apesar de haver um país também do hemisfério sul envolvido no estudo de Almeida *et al* (2018), no caso, o Brasil,

percebe-se a predominância de modelos de cooperação internacional cujos parâmetros são externos ao país supostamente auxiliado. Neste caso, com grande participação de regulações estadounidenses ou europeias, Moçambique não alcançou os êxitos esperados no meio de funções que lhe foram atribuídas (muitas delas burocráticas, que não cabiam em sua estrutura estatal), bem como a cessão da exploração do seu espaço como mercado de alta lucratividade capital.

Conforme os dados apresentados tanto em Almeida *et al* (id.), como nas primeiras seções deste estudo de caso, as comorbidades alvo do programa de Assistência Farmacêutica (HIV/Aids, Malária e Tuberculose) continuaram em níveis de disseminação crescentes. Apesar das autoras do referido estudo apontarem para um certo beneficiamento da população com o programa do Ministério da Saúde, o esforço e a complexidade das ações no desenvolvimento da CID não pareceram vantajosas, segundo as expectativas iniciais da parte moçambicana. Tais modelos de CIDs, muitas vezes, supõem-se capazes de reduzir a desigualdade mundial por meio da geração e produção de conhecimento científico, de políticas preestabelecidas e dos seus próprios modelos de desenvolvimento. Corroboram as autoras ao afirmarem que

> (...) a grande complexidade das relações entre atores nacionais e internacionais, caracterizada por fragmentação, interdependência e sobreposição, o que limita o poder de decisão do Estado moçambicano e dificulta sua liderança operacional, enfraquecendo ainda mais o sistema de saúde, em princípio frágil, devido à falta de capacidade instalada adequada e à alta dependência da ajuda externa (ibid., p. 2288).

3.6 Interesses (sob a ótica dos ganhos e perdas) nas partes envolvidas após o desenvolvimento do programa

A imprevisibilidade de desembolsos dos parceiros, que em geral dependem de protocolos internos específicos dos doadores, obrigando o estado moçambicano a utilizar os mecanismos de aquisição de emergência, "induzidos" pela falta de planificação conjunta. Essa modalidade de compra, por um lado, enfraquece a estrutura de planejamento e gestão dos órgãos nacionais de saúde, pois não seguem os processos administrativos e financeiros pré-estabelecidos e, por outro lado, não possibilitam construir-se um histórico de programação para a provisão de medicamentos a longo prazo.

Isso também tem implicações na sustentabilidade econômica de todo o sistema cooperativo, confirmando a falta de alinhamento entre os agentes envolvidos. No caso em estudo, a presença das numerosas "Iniciativas Globais para a Saúde" (sigla em inglês, GHI), atuando no país por longos períodos sem cobrir totalmente a demanda necessária de medicamentos, pode representar mais um obstáculo ao desenvolvimento do sistema nacional de saúde, pois a recepção de ofertas por tempo prolongado pode induzir ao enfraquecimento

das demais instituições internas. Isto porque as GHI não se contabilizam nos recursos necessários para a sustentabilidade do país, criando a "tirania das ofertas". Os produtos doados são aceitos não porque respondem à necessidade nacional do bem público, mas porque seria insustentável a sua recusa. Essa dependência da ajuda, pode também afetar a cultura institucional, a governança e a interação entre atores, dificultando a elaboração de propostas inovadoras e contrárias ao discurso dominante, assim como modela a estrutura da economia e da sociedade segundo as prioridades dos parceiros de cooperação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre a reflexão desta problemática em diplomacia científica, Acuto e Kaltofen (2018) a descrevem como sendo "novas atividades de política externa servindo tanto a humanidade quanto a construção de parcerias internacionais construtivas". Recobrando-se o princípio das transparências de relações e acordos, cooperações internacionais podem ser constituídas multilateralmente e ainda atender a objetivos em âmbitos mais específicos, como é o caso da erradicação (ou amenização) do problema com HIV/Aids, Malária e Tuberculose pelo programa de Assistência Farmacêutica 2007-2012 em Moçambique.

Como se pôde observar, a situação analisada em Almeida *et al* (2018), anteriormente um estudo quali-quantitativo a partir de levantamentos teóricos e documentais foi acrescido de muitas vertentes de interpretação quando estruturada enquanto estudo de caso predominantemente interpretativo. Conforme inicialmente indicado, o presente estudo de caso se apresentou como roteiro analítico, sendo uma das inúmeras outras opções para a compreensão de como se dão as relações em Cooperações Internacionais para o Desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recobra-se que o modelo de estudo de caso trazido de Yin (2015) não se esgotaria como metodologia específica. A depender do tópico e do nível de esclarecimento que se pretende trazer à luz do debate social e do fazer científico, o próprio autor indica que os elementos a serem particularizados são definidos pela situação e pela perspectiva – igualmente transparente – do autor do estudo.

Recomenda-se, portanto, que os esclarecimentos e os objetivos a serem tecidos em discussões futuras com determinados parâmetros sejam claramente postos. Nesta abordagem do caso, há espaço para a visibilidade do fato social e do pesquisador, tomando-se como base

que há muito já se desconstruiu a pretensa necessidade da neutralidade de posicionamento em estudos sociais científicos – bem como das muitas ramificações do conhecimento que podem daí surgir.

REFERÊNCIAS

ACUTO, M.; KALTOFEN, C. Rebalancing the Encounter between Science Diplomacy and International Relations Theory. In: **Global Policy.** V. 9, n. 3, p. 8-14, 2018. Disponível em < https://doi.org/10.1111/1758-5899.12620>. Acessado em: mai. 2021.

ALMEIDA, C., PEPE V. L. E., SACHY M. Assistência Farmacêutica em Moçambique: a ajuda externa na provisão pública de medicamentos. In: **Ciência e saúde coletiva**, n. 23, vol. 7, 2018. Disponível em < https://www.scielo.br/j/csc/a/nZt9hnwDWLDqXGsBgdSsPVR/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: mai. 2021.

AYLLÓN, B. La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. In: **Carta Internacional**, 2(2), 32–47, 2007. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/416/170>. Acessado em mai. 2021.

GAILLARD, J. North-South Research Partnership: is colaboration possible between unequal partners? In: **Knowledge and Policy**, v.7, n.2, 1994. Disponível em: < https://doi.org/10.1007/BF02692761>. Acessado em: mai. 2021.

KINSELLA, S. **Contra a propriedade intelectual**. Trad. Rafael Hotz. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

MOÇAMBIQUE (1995a). **Decreto Presidencial n. 11/95 de 29 dez.** Disponível em: <https://www.misau.gov.mz/index.php/decretos#>. Acessado em mai. 2021.

_____. (1995b). **Decreto Presidencial n. 12/95 de 29 dez.** Disponível em: <https://www.misau.gov.mz/index.php/decretos#>. Acessado em mai. 2021.

_____. (Instituto Nacional de Saúde, Instituto Nacional de Estatística e Grupo Técnico Multisectorial de Apoio à Luta Contra o HIV/SIDA em Moçambique – GTM). (2011). **Vigilância Epidemiológica do HIV e seu Impacto Demográfico em Moçambique: Actualização, Ronda 2009**. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-sectoriais/saude/copy_of_hiv-sida/vigilancia-epidemiologica-do-hiv-e-seu-impacto-demografico-em-mocambique-actualizacao-ronda-2009.pdf/view>. Acessado em mai. 2021.

_____. (Ministério da Saúde – Direcção de Recursos Humanos). (2015). **Termos de referência para a avaliação do meio termo do Plano Nacional de Desenvolvimento dos recursos humanos da saúde de Moçambique (PNDRHS 2016-2025).** Disponível em: <https://www.afro.who.int/pt/publications/termos-de-referencia-para-avaliacao-do-meio-termo-do-plano-nacional-de-desenvolvimento>. Acessado em mai. 2021.

NEUREITER, N. (2011). Science Diplomacy in Action. In: **Parcerias Estratégicas.** Brasília, v.16, n.32, jan-jun. p. 65-75. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/417>. Acessado em mai. 2021.

NYE JR., J. S. **Soft Power:** the means to success in world politics. New York: Public Affairs, 2004.

OMS – Organização Mundial da Saúde (Escritório Regional África). (2021). **Mozambique – Informações do país – Country health topics – Health financing.** Disponível em: <https://www.afro.who.int/pt/countries/mozambique>. Acessado em mai. 2021.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2021a. *Desenvolvimento Humano e IDH*. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acessado em: mai. 2021.

_____. – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2021b**. Ranking IDH Global 2014.** Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>. Acessado em: mai. 2021.

SILVA, Darly Henriques da. Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, n. 1, p. 5-28, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292007000100001>. Acessado em mai. 2021.

THE WORLD BANK (2021). **Research - PovocalNet.** Disponível em: <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/povOnDemand.aspx>. Acessado em mai. 2021.

UNICEF (Escritório no Brasil). (2016). **Rede Laços sul-sul – uma iniciativa internacional de cooperação para o enfrentamento da HIV/Aids**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/3001/file/Rede_Lacos_Sul-Sul.pdf>. Acessado em: mai. 2021.

YIN, R. K. (2015). **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre, RS: Bookman.